

Novo ataque às pensões

SINTAP rejeita a alteração às regras da aposentação

O **SINTAP** reuniu esta terça-feira com o Secretário de Estado da Administração Pública, Hélder Rosalino, no Ministério das Finanças, em Lisboa, tendo em vista mais uma reunião negocial sobre o anteprojeto da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Em cima da mesa estiveram os capítulos referentes aos procedimentos disciplinares e defesa do trabalhador, cedência de interesse público, procedimentos de reorganização ou racionalização e reafetação dos trabalhadores (mobilidade e requalificação). Ficou novamente claro o repúdio e a firme oposição relativamente ao processo de requalificação / despedimento que o Governo insiste em transpor para este diploma que aguardamos que seja apreciado pelo Tribunal Constitucional.

Já no final da reunião, o **SINTAP** foi informada da existência de um **novo diploma** que regula os mecanismos **de convergência do regime de proteção social da função pública** com o regime geral de segurança social, **no que respeita às condições de aposentação e cálculo das pensões.**

Mais uma vez, o Governo penaliza os trabalhadores, reformados e pensionistas, alterando as regras ao sabor da conjuntura económica.

Desta feita, haverá uma penalização para os trabalhadores que recebem pensões acima dos seiscentos euros. O Governo efetuará cortes progressivos até aos 10% já a partir de 2014.

A medida que, alegadamente, poupará pouco mais de setecentos milhões de euros, é mais uma machadada na confiança que os trabalhadores e reformados da Administração Pública têm no Estado.

Os cortes são definitivos e afetam o patamar mais frágil da sociedade e, naturalmente, o **SINTAP** não aceitará mais este corte cego, pelo que promoverá as lutas que os trabalhadores entendam necessárias.

O executivo está a pôr em causa a confiança no Estado e, como tal, o **SINTAP** tudo fará para combater este diploma, agindo junto dos partidos políticos e promovendo os

esforços necessários para que o Tribunal Constitucional avalie a sua constitucionalidade.

O **SINTAP** exige que se discutam as fontes de financiamento da Caixa Geral de Aposentações, no entanto, não aceita a indexação das pensões a indicadores de crescimento económico e ao défice orçamental, tal como o Governo apresenta e, por isso, dará voz aos trabalhadores no ativo, mas também aos reformados e pensionistas.

Lisboa, 07 de agosto de 2013.